



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E APOIO À PRODUÇÃO  
ATA2 ASSESSORIA

## DESPACHO

Processo nº 21000.042507/2025-77

Assunto: **Pregão Eletrônico nº 90024/2025 - SRP - Aquisição de máquinas e equipamentos agroindustriais. Análise de Habilitação.**

### 1. INTRODUÇÃO

1. Tratam os autos do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, referente à aquisição, por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, de equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV do Fomento ao Setor Agropecuário, em atendimento às necessidades desta Pasta, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

2. O presente documento versa sobre a habilitação da empresa **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 13.806.854/0001-01**, após pedido de esclarecimentos dos tópicos que ficam pendentes para os **itens 22 e 25**, conforme Nota Informativa 8 - DILIGÊNCIA - ITEM 22 E 25 (50065022), a licitante apresentou a documentação complementar por meio dos Documentos (50055400 e 50156528).

### 2. HABILITAÇÃO DA EMPRESA

3. Tendo em vista o contido no parágrafo 3, do Despacho 731 (49377016), a Coordenação-Geral de Aquisições, solicita o preenchimento apenas dos itens pertinentes a qualificação técnica da empresa .

4. Ressalta-se que os itens 22 e 25 do Termo de Referência possuem idênticas especificações técnicas, consistentes em: Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.

5. Diante disso, considerando que a empresa supracitada logrou êxito no certame, tendo sido declarada vencedora dos referidos itens, informa-se que a habilitação técnica dos itens 22 e 25 será realizada de forma consolidada no presente documento, com o objetivo de otimizar e conferir maior celeridade à análise administrativa.

6. À vista do disposto no Termo de Referência, apresenta-se, na tabela abaixo, a análise dos documentos de habilitação técnica apresentados pela empresa, **no que compete à análise da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC:**

Item do Termo de Referência	Análise	Conclusão
<b>Sustentabilidade - CGPROMAQ</b>		
<p>4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração. de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I;</p> <p>4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE”;</p> <p>4.2.5. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242 /1998 e legislação superveniente e correlata, sendo possível à Contratante buscar, ou exigir do Contratado, a devida comprovação, a exemplo de solicitar ao IBAMA que informe a eventual existência de Ordem de Suspensão da Comercialização prevista no art. 11 da Resolução CONAMA nº 1, de de 11 de fevereiro de 1993;</p> <p>4.2.6. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido não contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;</p> <p>4.3. Para fins de comprovação de práticas de sustentabilidade, na fase de habilitação o licitante vencedor apresentará:</p> <p>4.3.1. Declaração formal de atendimento aos requisitos de sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e disponível no endereço eletrônico: <a href="https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf">https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf</a>.</p>	<p>Para os <b>itens 22 e 25</b>, foi apresentada a LCVM da configuração do motor WP3.2G80E316 , <b>válida até 31/12/2026</b>, comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. (50156528)</p> <p>Em atendimento ao item <b>4.2.5</b>, o modelo dos veículos ofertados atendem aos limites máximos de emissão de ruídos estabelecidos nas Resoluções do CONAMA e à legislação ambiental aplicável.</p> <p>Quanto ao item <b>4.2.6</b>, foi apresentada declaração/certificação que atesta que o bem não contém nem utiliza Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.</p> <p>Para o item <b>4.3.1</b>, foi apresentada declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade, nos termos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União.</p> <p>Por fim, em atendimento ao item <b>4.3.2</b>, Foi apresentado o Certificado de Regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, válido até <b>18/03/2026</b>.</p>	<p>ATENDIDO</p>

4.3.2. Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.		
<b>Assistência Técnica - CGPROMAQ</b>		
<p>5.17. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar declaração formal que comprove que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados. A declaração deverá constar com registro que há instalações físicas adequadas, estoque de peças de reposição e mão de obra qualificada, que assegure a prestação dos serviços de assistência técnica durante o período de garantia, nos termos do § 2º do art. 47, combinado com o inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>5.17.1. O fabricante e/ou distribuidor autorizado deverá dispor, em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados, de equipe qualificada para suporte e manutenção das máquinas comercializadas, bem como de estoque de peças e plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia de fábrica.</p> <p>5.18. O distribuidor ou a assistência técnica autorizada deverá ter experiência mínima de 12 (meses) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada, sendo aceito a apresentação do contrato de distribuição e/ou de representação não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos.</p>	<p>A licitante apresentou declaração formal, na qual consta a existência de assistência técnica autorizada em todos os Estados da região de destino dos bens, assegurando a prestação dos serviços de suporte, manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia, nos termos da legislação aplicável.</p> <p>Foi apresentado, ainda, declaração de distribuição, no qual se identifica o distribuidor autorizado no Estado de destino dos bens, comprovando a experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada.</p>	ATENDIDO
<b>Qualificação Econômico-Financeira</b>		
9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;	Não se aplica à licitante.	NÃO SE APLICA

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Foi apresentada a Certidão Negativa emitida em **27/11/2025 sem informação de prazo de validade** (conforme certidão do TJRO).

Foi efetuada a validação da certidão conforme orientado no próprio documento em 28/01/2026, cuja situação consta como válida.

ATENDIDO

<p>9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), <b><u>obtidos pelas fórmulas definidas no TR.</u></b></p> <p>9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor estimado da contratação.</p> <p>9.25. Caso o fornecedor apresente propostas para mais de um item, deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens em que vier a sagrar-se vencedor.</p> <p>9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;</p> <p>9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.</p> <p>(...)</p> <p>9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>	<p>Foram apresentados os balanços patrimoniais e demonstrações de resultado dos exercícios 2023 e 2024.</p> <p>Os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) são superiores a 1 (um), com base no Balanço Patrimonial de 2024.</p> <p>Os cálculos estão demonstrados no anexo (50032010).</p>	<p>ATENDIDO</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

**Qualificação Técnica - CGPROMAQ**

9.30. O fornecedor deverá apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos e/ serviços de modo a demonstrar a experiência do licitante na entre dos bens ou na prestação de natureza e complexidade similares ao objeto da licitação, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo referente ao item para o qual o licitante se sagrar vencedor.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Atestado em favor do licitante (nominalmente identificado com razão social e CNPJ, matriz ou filial) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (inclusive associação de fabricantes regularmente instituída); ou;

9.30.1.2. Cópias de Notas Fiscais com descrições claras e inequívocas que permitam identificar a natureza e quantidade dos objetos faturados, com a operação fiscal de venda, observando que;

9.30.1.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.1.2.2. Para fins de habilitação técnica, todos os itens licitados serão considerados semelhantes entre si.

Para o **item 22** (item 22 do TR), a quantidade a ser fornecida é 360 unidades de Trator agrícola, portanto deve-se comprovar o fornecimento de no **mínimo 180 unidades**.

Para o **item 25** (item 25 do TR), a quantidade a ser fornecida é 120 unidades de Trator Agrícola, portanto deve-se comprovar o fornecimento de no **mínimo 60 unidades**.

Os Atestados de Capacidade Técnica - ACT's apresentados pela licitante **somam mais de 180 unidades** similares ao previsto no TR, portanto **atendem** ao mínimo exigido.

ATENDIDO

<p>9.30.5. No caso de revendedor ou distribuidor, o licitante deverá apresentar declaração do fabricante que o declare ser distribuidor autorizado pelo fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem qualquer ônus adicional para o MAPA, de forma que assegure a execução do contrato.</p> <p>9.31. Na esteira do Acórdão nº 2224/2024, do Plenário do E.TCU, o subitem 9.30.5 deste TR será interpretado no sentido de que: diz respeito à assistência técnica e correlatos, sendo incorreto entender que o licitante deva possuir autorização do fabricante para comercializar os produtos licitados; e o licitante e o revendedor/distribuidor autorizado não precisam ser necessariamente a mesma pessoa, inclusive para efeito do subitem 4.2.8 deste TR.</p>	<p>Foi apresentada declaração do fabricante.</p>	<p>ATENDIDO</p>
<p><b>Margem de Preferência - CGPROMAQ</b></p>		
<p>4.13. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890 /2024, conforme disposto na RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.</p>	<p>A licitante não utilizou a margem de preferência.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

7. Além disso, conforme dispõe o Edital, foram realizadas consultas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (SEI 50055400), onde não foram identificados impedimentos diretos e indiretos de licitar e contratar com a União.

### 3. CONCLUSÃO

8. Diante da análise exposta, entende-se, **no que se refere aos aspectos de competência da EPC e nos termos delineados acima**, que a empresa **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA . Está habilitada para os itens 22 e 25.**

9. Encaminham-se os autos à Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ, com vistas ao Pregoeiro, para conhecimento e demais providências cabíveis.

**RODRIGO DE LIRA VARELA RODRIGUES**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**KETYANE EVELIN COSTA LIMA**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**LUCIANA KAÚARA TOMAS SILVA**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**JORGE ROBERTO GABRIEL**  
Contador CRC-DF 020697/O-7



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Lira Varela Rodrigues, Integrante Técnico**, em 03/02/2026, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA, Integrante Administrativo**, em 03/02/2026, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA KAÚARA TOMAS SILVA, Integrante Requisitante**, em 03/02/2026, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Roberto Gabriel, Contador (a)**, em 03/02/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 04/02/2026, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50160450** e o código CRC **01DA7545**.